



# jornal da adua

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN



## Brasil: Pátria Educadora?

Indicadores de instituições nacionais e internacionais aliados aos dados gerais da educação brasileira e às medidas recentes adotadas pelo governo mostram que a presidente Dilma Rousseff tem muito a fazer, para além de um belo discurso, caso queira mesmo dar à Educação atenção diferenciada em seu segundo mandato. Durante a posse, a pasta foi apontada como a “prioridade das prioridades”. Será?  
Páginas 6 e 7

### DIREITOS

## Conheça as causas defendidas pela nova assessoria jurídica da Adua



À disposição dos sindicalizados desde o dia 5 de dezembro, a assessoria realizada pelo escritório Gomes e Bicharra Advogados Associados atende todas as quintas-feiras, das 15h às 18h, na sede da Associação. Confira na reportagem a lista de ações sugerida pelo escritório jurídico.

Página 3

### ENTREVISTA

## Pesquisadora da UFRJ fala sobre adoecimento docente

Página 9



### DELIBERAÇÃO

Categoria debate eixo central de luta para 2015 durante 34º Congresso do ANDES-SN, de 23 a 28/fev

Página 4

Nesta edição, o Jornal da Adua volta a registrar que a partir deste ano os sindicalizados contam com a assessoria de um escritório jurídico especializado em questões trabalhistas, que, como primeira orientação, sugere uma lista de ações de interesse da categoria. Interesses que estarão em pauta também no 34º Congresso do Andes-SN, em Brasília, de 23 a 29 de fevereiro, no qual a Adua estará representada por oito delegados indicados em nossa última AG. Essas instâncias deliberativas (local e nacional) deverão ser retomadas em 2015, ano que inicia marcado pelo descaso do governo para com a Educação. O orçamento de 2015 destina à Educação 13 vezes menos recursos do que o montante para o pagamento da dívida externa. Assim como o de 2014, o deste ano não prevê recursos para o aumento de salário dos SPFs. Some-se a isso a péssima colocação da Educação brasileira em ranking internacionais, bem como a inacreditável situação de que apenas 0,1% dos professores são formados na área em que atuam, indicando que ensino

é “bico” para a grande maioria dos profissionais envolvidos em Educação. De norte a sul do país, os municípios declaram dificuldade para pagar o novo piso salarial dos professores de escola pública, sendo essa dificuldade resultado direto da pouca atenção dedicada à Educação, o que, uma vez mais, reafirma a importância da luta do Andes-SN em defesa da aplicação de 10% do PIB na Educação. E, já que falamos do “mínimo” dos professores (R\$ 1.918,00), não se pode esquecer que este valor ainda está muito abaixo dos R\$ 2.975,55 necessários a atender as necessidades básicas de um trabalhador e sua família, segundo o Dieese. Como se sabe, nos últimos governos a Educação não tem sido prioridade. Então, como acreditar nas promessas de uma “Pátria Educadora” apregoada pela presidente Dilma Rousseff em seu discurso de posse no segundo mandato? Como acreditar em uma promessa de melhoria de Ensino que acontece ao mesmo tempo em que o decreto presidencial, ditado em 08 de janeiro de 2015, determina o corte de R\$ 7 bilhões da Educa-

ção? E se as perspectivas econômicas não são nada animadoras, o que dizer das políticas, uma vez que do novo ministro da Educação não se pode esperar nada diferente que o recrudescimento no diálogo do governo com os trabalhadores na Educação? Que “Pátria Educadora” se pode esperar de um gerente da Educação, o ministro Cid Gomes, com uma larga história de intransigência e não diálogo, somados a uma concepção mercantilista para a Pasta? Pátria Educadora? Ou pátria de uma educação empresarial? E, já que para falar dos outros é sempre bom olharmos para nós mesmos... No momento em que várias Instituições Federais de Ensino, como Unifesp, UFF e UFSM, se manifestam através de notas públicas contra o bloqueio de recursos pelo MEC, onde está a nossa UFAM? Onde estão os professores da UFAM? Onde estão os nossos sindicalizados? Onde está a nossa comunidade acadêmica, que não se manifesta na defesa de nossas condições de trabalho e ensino, estas sim que são o “nosso maior patrimônio”?

## Notas

### Medidas restringem direitos

O governo federal anunciou na última segunda-feira de 2014, dia 29 de dezembro, novas regras que cortam o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, abono salarial, auxílio doença e pensão por morte. As mudanças, expressas nas Medidas Provisórias (MPs) 664/2014 e 665/2014, passaram a valer no dia da publicação no Diário Oficial da União (30) e representam uma tentativa de uma nova Reforma da Previdência para retirar ainda mais direitos dos trabalhadores.

### Defender o trabalhador?

A mudança no Seguro Desemprego pode atingir 26,58% dos trabalhadores. A análise é do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que aplicou as novas regras, fixadas pela MP 665, na base de dados do benefício em 2014. No ano passado, 8.553.733 trabalhadores requereram o Seguro Desemprego, ainda sob as regras antigas. Se as novas normas fossem aplicadas neste mesmo universo de pessoas, o que se configura um cenário real de requisição, 2.273.607 pessoas não receberiam o benefício. Nas palavras do ministro Manoel Dias, a mudança visa “defender um patrimônio do Trabalhador, que é o FAT”. Bom mesmo seria defender o trabalhador.

### Férias não gozadas

Em decisão unânime, a 1ª Turma do TRF 1ª Região condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a pagar a um servidor aposentado as férias não gozadas nos exercícios de 1961, 1964, 1966 e de 1970 a 1976, acrescidas de terço constitucional, com juros e correção monetária. Após ter seu pedido negado no primeiro grau por prescrição do direito, o autor apelou ao TRF da 1ª Região. O relator do processo, desembargador federal Ney Bello, recorreu à jurisprudência do STJ para explicar a decisão: “o termo inicial para contagem do prazo

prescricional, nas ações em que se discute o direito à indenização de férias não gozadas, é a data da aposentadoria”. Portanto, tendo o autor se aposentado em 12 de dezembro de 2006 e iniciado a ação em 03 de dezembro de 2008, ainda tinha direito de reivindicar o pagamento das férias.

### Impostômetro

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) divulgou dados que dão conta que cada brasileiro desembolsou em média R\$ 9.392,45 de tributos em 2014. O valor foi calculado levando em consideração as informações do Imposômetro, ferramenta idealizada pelo IBPT para medir a quantidade total de tributos arrecadados no Brasil, pela União, Estados e Municípios. Só no Distrito Federal, a arrecadação tributária

no ano passado girou em torno de R\$ 10,6 bilhões, somando todos os valores pagos em impostos, taxas e contribuições. Para muita gente, é difícil arcar com uma carga tributária tão elevada – a 2ª mais alta da América Latina, segundo a entidade.

### Ajuda federal

Os estados brasileiros relatam dificuldades para cumprir o novo piso salarial dos professores, que começa a vigorar em fevereiro de 2015. O valor passou de R\$ 1.697,00 em 2014 para R\$ 1.917,78, um reajuste de 13,01%, acima da inflação. No Rio Grande do Sul, o secretário de Educação Vieira da Cunha afirma que o cumprimento da medida depende de ajuda federal. A Associação Amazonense de Municípios (AAM) argumenta que a lei prevê o reajuste, mas não estabelece a fonte de recursos.

## charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

**Coordenador de Comunicação:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

**Jornalista Responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491) e ANDES-SN

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra

**Impressão:** Gráfica Silva. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009/ 3305-4103

**e-mail:** aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

## ■ Defesa de Direitos

# Sindicalizados da Adua têm nova assessoria jurídica no plantão

Foto: Anderson Vasconcelos

**A**pós contar com o serviço de consultores jurídicos ao longo de várias gestões, a diretoria da Adua contratou, pela primeira vez, um escritório jurídico especializado na defesa do direito de servidores públicos. Desde o dia 5 de dezembro, os sindicalizados têm à disposição a assessoria do escritório Gomes e Bicharra Advogados Associados. O atendimento ocorre todas as quintas-feiras, das 15h às 18h, na sede da Associação. “À medida que vamos tomando ciência das demandas, as dúvidas são esclarecidas e ao ver fundamento nas questões suscitadas, passamos a adotar as medidas, que podem ser de cunho administrativo ou judicial”, disse a advogada Auxiliadora Bicharra, acrescentando que o rol de ações é amplo, desde progressão funcional a pagamento de férias para professores afastados para capacitação.

Nesse último caso, por exemplo, já há manifestação de docentes interessados em pleitear esse direito, visto que a Administração Pública supria o direito ao pagamento de 1/3 de férias, com fundamento na Orientação Normativa n. 02/2011 do MPOG. “A orientação até então vigente sofreu alterações através da ON n. 10, de 03/12/2014, que reafirma que todo servidor em licença capacitação fará jus às férias, que, se não forem programadas, serão registradas e pagas a cada mês de dezembro”, explica Bicharra. No entanto, vale ressaltar que o Governo deixou disciplinado que a orientação só se aplica às férias relativas ao exercício de 2015, logo, as anteriores deverão ser cobradas na via judicial, completa Auxiliadora.

A expectativa é que o ajuizamento dessa ação, em caráter individual, ocorra ainda no primeiro bimestre de 2015. Para isso, os docentes que se encontram nessa situação devem entrar em contato com a advogada na sede da Adua ou mesmo através do e-mail contato@gomesebicharra.adv.br.

“Estamos à disposição dos associados para prestar os esclarecimentos necessários sobre os assuntos de interesse do professor”.

**afirmou a assessora jurídica Auxiliadora Bicharra**

“Em razão do valor da causa (proveito econômico) que terá o servidor, a matéria será discutida no âmbito do Juizado Especial Federal, onde o processo é virtual”. Com isso, o sindicalizado que estiver em outro município ou não puder comparecer ao plantão poderá também pleitear esse direito: basta que faça contato através do e-mail informado e encaminhe os documentos em formato PDF.

## Adicionais

Auxiliadora também citou outros casos em que a interpretação equivocada da legislação redundou em perda de direitos para os trabalhadores. “Em 2010, o MPOG editou uma normativa orientando a Administração Pública, de maneira geral, sobre a necessidade de rever a concessão do adicional de insalubridade, periculosidade e irradiação. A norma não tratava de corte de adicional, mas, em virtude da interpretação equivocada, algumas instituições sustaram esse direito de seus servidores, suprimindo-o da folha de pagamento”, explicou.

Quanto ao pagamento do adicional de insalubridade, esclarece que os docentes devem ficar atentos ao conteúdo do laudo que garante esse benefício e seu respectivo percentual. “Esse adicional não pode ser concedido aleatoriamente, sem laudo específico, documento ao qual todo servidor deve ter acesso. É esse parecer que informa qual



Antes realizado às quartas-feiras, plantão ocorre agora às quintas, das 15h às 18h, na sede da entidade

## Confira o rol de ações judiciais sugerido pelo escritório

- **Auxílio-alimentação:** reajuste do valor de acordo com a variação inflacionária.
- **Auxílio Pré-escolar:** reajuste do valor de acordo com a variação inflacionária.
- **Férias:** direito ao pagamento, acrescido do respectivo adicional, nos períodos de afastamento para capacitação.
- **Férias:** indenização das férias não gozadas por servidor aposentado ou falecido na ativa.
- **Licença-prêmio não gozada:** conversão em pecúnia.
- **Imposto de renda:** não incidência sobre parcelas de natureza indenizatória.
- **PSSS:** isenção do terço de férias, horas extras e gratificações não incorporáveis aos proventos ou vencimentos.
- **Ação para recebimento de passivos trabalhistas reconhecidos e não pagos pela Administração, devidamente corrigidos monetariamente.**
- **Revisão geral de remuneração:** indenização pela não concessão de revisões anuais após 2003.
- **Adicionais de insalubridade, periculosidade e irradiação ionizante - gratificação de raios-x.**
- **Adicional de insalubridade:** supressão por falta de laudo pericial oficial ou da não renovação anual do laudo.
- **Auxílio Transporte**
- **Cômputo do tempo de serviço prestado** a empresa pública, sociedade de economia mista ou fundações instituídas pelo poder público, para todos os fins.

é o adicional correspondente ao ambiente de trabalho. Caso não receba pela via administrativa, o trabalhador pode requerer também esse direito na Justiça”, disse a advogada.

Com larga experiência no atendimento à demanda de servidores públicos, o escritório Gomes e Bicharra já dis-

ponibilizou um rol de possíveis ações judiciais de interesse da categoria (confira na tabela acima e com mais detalhes na página da Adua). Mas, independente do direito pleiteado pelo docente, Auxiliadora chama atenção para a prescrição, que é o espaço de tempo que decorre entre o termo inicial

(nascimento do direito violado – pretensão para ajuizar ação) e o seu fim (prazo legal). “Contra a Fazenda Pública o prazo prescricional é de cinco anos, a contar do nascimento do direito violado, assim, não pode o servidor ficar inerte e deixar transcorrer esse prazo. A ação protege todo o período violado, desde que tenha sido ajuizada nesse interstício, caso contrário, será aplicada a prescrição total ou parcial do direito”.

As advogadas titulares do Gomes e Bicharra atuam na defesa do servidor público desde 1998. “Também, desenvolvemos um trabalho dentro do escritório no que se refere a esclarecer aos associados questões referentes à aposentadoria”, assegurou.

Além da Adua, o escritório atende atualmente os filiados do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Amazonas (Sindsep-AM), Sindicato dos Servidores da Justiça Eleitoral do Amazonas (Sinjeam), Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 11ª Região (Sitra AM/RR) e Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam).

## Reflexão e debate

## 34º Congresso do Andes-SN ocorre no fim de fevereiro

Foto: Divulgação

Professores de universidades de todo o país se encontram de 23 a 28 de fevereiro na cidade de Brasília, durante o 34º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andes-SN). Para a delegação que vai representar Adua no evento, o encontro é uma oportunidade de consolidação da luta sindical da categoria, de discussão e priorização das principais reivindicações nacionais, assim como um espaço de troca de ideias e propostas para atuação em prol da qualidade do ensino superior e do trabalho docente.

Tendo como tema central a “Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”, a 34ª edição do Congresso contará com a participação de oito sindicalizados da Adua, sendo cinco professores da Ufam na capital, dois de unidades de fora da sede e um indicado pela diretoria da entidade. Compõem a delegação da seção sindical as professoras Ana Cristina Martins (Fapsi), Ana Lúcia Gomes (ICB), Elciclei Faria dos Santos (Faced), Elisandra Garcia da Silva (Parintins) e Maria Rosária do Carmo (ICE) e ainda os professores José Alcimar de Oliveira (ICHL e atual presidente da Adua) e Valmir Flores Pinto (Humaitá). E pela direção da entidade foi indicado o docente Antônio Batista (FCF).

Na defesa da melhoria da qualidade do ensino e da carreira docente desde que ingressou na universidade, a professora Elizandra Garcia afirma que 2015 será “um ano de muita luta pela frente”.

“O governo vai continuar com sua posição favorável à burguesia e contrária aos trabalhadores. Logo temos que unir forças com os movimentos que estão em luta pela defesa dos trabalhadores, movimentos sociais e estudantil para forjarmos uma luta maior, mais politizada e mais organizada que a de 2014. Desta forma estaremos mais fortes, para, na correlação de forças com o governo, conseguirmos ter vitórias”, afirma Elizandra.

A docente ressalta ainda que organizando e fortalecendo a Adua, o Andes-SN e a CSP/Conlutas estarão se construindo as bases que darão à categoria a sustentação para encaminhar as deliberações do Congresso do



Neste ano, o Congresso tem como tema a Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores

“Temos que unir forças com os movimentos que estão em luta pela defesa dos trabalhadores, movimentos sociais e estudantil para forjarmos uma luta mais politizada que a de 2014”

Elizandra Garcia, membro da delegação e professora ICSEZ

Andes de 2015.

Dentre os temas que compõem a pauta do 34º Congresso do Sindicato Nacional estão a Carreira Docente, o Direito dos Aposentados, a Campanha Salarial 2015, bem como a atual estrutura organizativa do Andes-SN diante dos novos desafios postos pela expansão das Instituições de Ensino Superior: a precarização das novas unidades criadas, a multicampia, a discussão sobre o lo-

cal de trabalho e a representação sindical.

Professor do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA), no município de Humaitá, o delegado eleito Valmir Pinto destaca que novas ações devem ocorrer em 2015, tendo como foco, por exemplo, a discussão sobre o Ensino Superior a partir das suas realidades locais e regionais; e a descentralização das verbas e dos projetos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Ministério da Educação (MEC) para regiões mais ou menos favorecidas.

No que se refere às lutas para o ano, Valmir afirma visualizar uma pauta nacional em vista do cumprimento do novo Plano Nacional de Educação (PNE), levando em consideração as realidades regionais; a consolidação salarial

e aumento real; a reivindicação para a consolidação das estruturas físicas e de pessoal onde o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi implantado; assim como a retomada das discussões sobre a Gratificação



## Confira o número de delegados permitido às seções sindicais do Norte

## REGIÃO NORTE 1

• **ADUA:** 8 (sendo sete pela base e um pela diretoria);

• **SESDUF-RR:** 4 (sendo três pela base e um pela diretoria);

• **ADUNIR:** 5 (sendo quatro pela base e um pela diretoria);

• **ADUFAC:** 7 (sendo seis pela base e um pela diretoria);

• **SIND-UEA:** 3 (sendo dois pela base e um pela diretoria);

• **SINDUERR:** 2 (sendo um pela base e um pela diretoria);

## REGIÃO NORTE 2

• **ADUFRA:** 2 (sendo um pela base e um pela diretoria);

• **ADUFPA:** 10 (sendo nove pela base e um pela diretoria);

• **SINDUFAP:** 3 (sendo dois pela base e um pela diretoria);

• **SINDUNIFESSPA:** 2 (sendo um pela base e um pela diretoria);

• **SINDUEPA:** 2 (sendo um pela base e um pela diretoria);

• **SINDIFAP:** 2 (sendo um pela base e um pela diretoria);

• **SINDUEAP e SINDUFOPA** não tiveram o número de delegados possíveis revelado.

## CRONOGRAMA

**08/12 a 06/02** - Envio da documentação regimental pelos delegados e observadores para secretaria do ANDES-SN, conforme a Circular nº 207/14;

**23/02** - Realização do credenciamento, das 9h às 12h e das 14h às 20h;

**23/02** - Comparecimento à Secretaria do 34º Congresso de um representante da delegação de cada Seção Sindical ou Secretaria Regional para para confirmar, ou não, a presença dos delegados e observadores.

Especial de Localidade (GEL) para os professores, em locais que outras categorias já se beneficiam.

“A expectativa é de que o Congresso seja um evento marcado pela consolidação sindical da categoria e um espaço para discutir e priorizar as principais reivindicações nacionais da categoria. Será um momento de troca de ideias e propostas para atuação em prol da qualidade do ensino superior e do trabalho docente”, pontuou o professor.

Só da região Norte, devem participar do evento 50 professores (confira na tabela abaixo a quantidade de delegados que cada seção sindical da região pode inscrever no evento). A Adua é uma das entidades do Norte com maior número de participantes.

■ Eixo central da luta

# Avançar na unidade em defesa dos serviços públicos é foco para os SPFs em 2015

Foto: Divulgação

Diante da desaceleração do desenvolvimento econômico brasileiro e da prioridade do governo federal em privilegiar o lucro das empresas privadas e do mercado financeiro, a continuidade dos ajustes fiscais, tendo como foco o corte de direitos sociais dos trabalhadores, e a redução de gastos públicos, visando a precarização dos serviços que atendem gratuitamente à população, chamam atenção dos SPF para a organização das lutas do ano de 2015.

Jacob Paiva, 1º secretário do Andes-SN, aponta que em meio ao agravamento da crise do capitalismo mundial, e das suas repercussões no Brasil, com a necessidade de ajuste do Estado para diminuir os efeitos da crise e manter o modelo neoliberal, as dificuldades de organização das entidades de defesa dos direitos dos serviços públicos serão ampliadas. Por isso, afirma que “o primeiro grande desafio, que continua na ordem do dia, é conseguir criar uma pauta unificada entre os diversos setores dos poderes executivo, legislativo e judiciário que dê conta de agregar

as diferentes entidades que organizam sindicalmente as categorias. Esse é um desafio dos últimos anos, e não somente para 2015”.

Ao longo de 2014, diversos projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo constituem verdadeiros ataques aos direitos dos trabalhadores do serviço público, como o PL 327/14, que visa regulamentar o direito de greve; o PLP 92/07 que tem como objetivo a criação das fundações estatais de direito privado no âmbito do serviço público, e o PLP 248/98 que pretende regulamentar a perda de cargo público por insuficiência de desempenho, entre outros.

No que tange às instituições federais de ensino, Jacob, que também é um dos coordenadores do Setor das Ifes, destaca a privatização da educação pública brasileira. “Estão transformando professores e técnicos em empreendedores para que as instituições continuem funcionando, colocando a carreira docente na perspectiva da produtividade, para que o estado gaste menos com o pagamento dos professores para privilegiar uma carreira elitista, para



A criação de uma pauta unificada entre os poderes é um dos desafios

poucos, para quem está no topo. O governo está tomando medidas que se traduzem em redução de custos para a educação pública federal”.

De acordo com a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Eugênia Lacerda, a proposta de Orçamento Federal para 2015 enviado pelo Executivo ao Legislativo destina para os gastos com a dívida pública a cifra de R\$ 1,356 trilhão, correspondente a 47% de tudo que o país arrecadará com tributos, privatizações e emissão de novos títulos, entre outras rendas. Este valor representa 13 vezes mais que os recursos previstos para a saúde,

13 vezes mais que os recursos previstos para educação, ou 54 vezes os recursos previstos para transporte. E para os servidores públicos, tal como o Orçamento 2014, a proposta para 2015 não reserva recursos para aumentos salariais.

## Organizar a luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos SPFs

“A cada ano que passa e a cada governo que aplica essa política neoliberal você vê no interior das instituições do serviço público, cada vez mais, um número de servidores acostumados com essa realidade que

está posta. Novos funcionários estão sendo concursados dentro dessa nova perspectiva de trabalho ligado à produtividade, com as novas regras da previdência social, além do grande quadro de terceirizados, que fragiliza ainda mais a organização sindical”, diz Jacob. Frente a isso, o 1º secretário do Sindicato Nacional frisa que as entidades, que fazem parte do Fórum dos SPF, vão ter que fazer uma opção clara em defesa dos serviços públicos e lutar contra qualquer conciliação entre os interesses do capital e do trabalho e contra reformas que vão no sentido de ampliar a retirada dos direitos dos trabalhadores.

Por isso, nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2015 foi realizada a Plenária dos SPF, data programada no Fórum das Entidades, para definir os eixos da campanha salarial, as pautas das lutas gerais do Fórum e a agenda de mobilização para o ano de 2015. O espaço serviu para discutir e consensuar a pauta para a Campanha Salarial dos SPF de 2015 e a data para o seu lançamento com uma Marcha Nacional em Brasília.

## ■ Suspensão

# Bolsistas da Capes denunciam atraso de dois meses no repasse do benefício

Foto: Divulgação

Milhares de pesquisadores de todo o país têm enfrentado dificuldades financeiras por conta do atraso das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O órgão reconheceu os atrasos, que acontecem desde novembro, e, em comunicado oficial divulgado na página da instituição, informou que os valores foram creditados no dia 9 de janeiro, nas contas dos bolsistas, “dentro do prazo de compensação bancária”.

Olgaisés Maués, 2ª vice-presidente da Regional Norte II e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Andes-SN, critica a falta de planejamento da Capes. A docente, que também não recebeu sua bolsa - até o fechamento des-

ta reportagem -, afirma que os atrasos demonstram a pouca importância dada pelo governo à educação, em geral, e aos programas de pós-graduação, em específico.

“É uma questão de alocação de recursos, e esses recursos não são eventuais, já estavam previstos”, afirma Olgaisés. A docente lembra ainda que as bolsas de capacitação de professores também estão atrasadas - e que os beneficiários dela são docentes que, na maioria das vezes, abrem mão de suas férias para poder complementar seus salários.

Bruno Marcos, estudante da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), é um dos prejudicados com a situação. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), ele recebeu a bolsa com



O Ministério da Educação (MEC) não deu prazos para a regularização

atraso em dezembro, e ainda não sabe quando o benefício de janeiro chegará. “Os atrasos estão me prejudicando muito. Agora estou em casa, de férias, mas se eu estivesse na univer-

sidade estaria passando fome com o atraso da bolsa”, ressalta o estudante.

Jann Sauka, mestrando da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), é

outro que enfrenta problemas com os atrasos, e, inclusive, teve que recorrer a um empréstimo bancário para pagar seu aluguel. “Nem a universidade, nem o MEC, nem a Capes conseguem passar explicações sobre o atraso. Eles parecem achar que não temos contas para pagar. E a bolsa é ainda mais importante para nós porque a Capes exige dedicação exclusiva aos estudos, sem vínculo empregatício, para que possamos receber o benefício”, diz o estudante.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) divulgou uma nota em seu site criticando os atrasos. Segundo a entidade o Ministério da Educação (MEC) entrou em contato para justificar os atrasos, mas não deu prazos para a regularização dos pagamentos.

■ Discurso x Realidade

# Educação: “prioridade das prioridades”?

Os indicadores de instituições nacionais e internacionais aliados aos dados gerais da educação brasileira e às medidas recentes adotadas pelo governo mostram que a presidente Dilma Rousseff – e seu estafe – tem muito a fazer, para além de um belo discurso, caso queria mesmo dar à Educação atenção diferenciada em seu segundo mandato. Durante a posse, no plenário da Câmara dos Deputados, ela discursou em defesa da educação de qualidade para todos os segmentos da população e disse que esta Pasta será a “prioridade das prioridades” do novo governo. A julgar pelos números, trabalho não falta para colocar o Brasil em um patamar mais elevado.

No ranking da educação mais recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 36 países, o Brasil amarga a penúltima colocação, à frente somente do México. A lista leva em consideração três critérios: o desempenho dos alunos no PISA, a média de anos que os alunos passam na escola e a porcentagem da população que está cursando ensino superior. No topo dessa lista aparecem Finlândia, Japão e Suécia, respectivamente.

Dados dessa mesma organização mostram que o salário dos professores brasileiros está entre os piores. De acordo com o estudo Education at a Glance 2014, que mapeia as informações sobre educação nos países-membros da OCDE, a média salarial de um docente em início de carreira e que dá aula para o ensino fundamental em instituições públicas é de 29,4 mil dólares por ano, quase três vezes mais que o provento de um professor brasileiro (10,3 mil dólares). Entre os países analisados pela pesquisa, o Brasil só fica à frente da Indonésia, onde o rendimento não chega a dois mil dólares por ano.

Luxemburgo, o país com o maior salário, paga 66 mil dólares ao professor. Na Alemanha e na Suíça, esse valor chega a 50 mil e 48,9 mil dólares, respectivamente. Mesmo em países da América Latina o rendimento anual dos professores é, no mínimo, 50% maior que o brasileiro. No Chile os docentes recebem 17,7 mil dólares por ano; no México, 15,5 mil.

Em que pese o aumento de 13% no piso salarial dos professores brasileiros de escola pública, com formação de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais,

passando de R\$ 1.697,00 para R\$ 1.918,00, concedido pelo governo nos primeiros dias deste mês de janeiro, o provento total ao longo do ano continua na mesma faixa apurada pelo estudo indicado antes, convertido para a moeda americana na cotação do dia 27 de janeiro, quando o dólar ficou em R\$ 2,57.

A preocupação agora é saber se as prefeituras e os Estados terão condições de fechar essa conta, garantido aos docentes o valor estabelecido. O executivo municipal de cidades de norte a sul do país já relataram dificuldades para cumprir o pagamento do piso. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o reajuste deve custar R\$ 7 bilhões aos municípios e estados brasileiros, montante, segundo a entidade, superior ao total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios no ano passado – cerca de R\$ 6,7 bilhões.

Independente da solução a ser tomada para resolver esse impasse, o novo piso salarial dos professores do ciclo básico de ensino praticamente se iguala a um salário pago ao um professor da carreira do magistério superior, graduado e com carga horária de 20 horas semanais que, conforme tabela remuneratória vigente, recebe R\$ 1.966,00. Nos dois casos, o valor ainda está aquém do salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, estimado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em R\$ 2.975,55 no último mês de dezembro.

## Curva do aprendizado

Em outro ranking, que compara resultados de provas de matemática, ciência e leitura, bem como índices como taxas de alfabetização e aprovação escolar, o Brasil está longe da média de 40 países e continua amargando um desempenho nada animador, apesar da ligeira melhora: passou de penúltimo para antepenúltimo, na comparação com a edição de 2012.

Nesta segunda edição do relatório produzido pela empresa de sistemas de aprendizado Pearson (ligado ao jornal britânico Financial Times) e pela consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU), o país aparece à frente, de novo, de México e In-



**35°**  
lugar é a posição do Brasil, entre 36 países, no ranking da Educação da OCDE.

donésia. “É preciso questionar a habilidade dos sistemas educacionais destes países de suportar índices altos de crescimento econômico no longo prazo”, diz o relatório.

Foram analisadas nações da Ásia, da Europa e das Américas – nenhum país africano participa do ranking. Entre os cinco melhores figuram Coreia do Sul, Japão, Cingapura, Hong Kong e Finlândia. De acordo com o documento, a liderança dos asiáticos, que ultrapassam os países nórdicos, se deve a uma cultura de responsabilidade que envolve professores, estudantes, pais e a sociedade em geral, em que se valoriza mais os docentes e as escolas do que em outras partes do mundo. Na outra ponta do ranking, Colômbia e Argentina se somam aos três últimos colocados: Brasil, México e Indonésia.

Em contribuição ao relatório, a diretora do Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) – um centro de pesquisas do governo do Estado de São Paulo – Maria Helena Guimarães de Castro, explica um dos motivos do desempenho brasileiro. “Nós não temos professores porque essa carreira não é atraente. Isso é um problema que não será resolvido a não ser que o governo e os governantes decidam mudar isso”, diz a diretora, em um dos capítulos do documento da Pearson e EIU.

Não bastassem os baixos salários e a falta de docentes, a situação se agrava quando se constata que apenas 0,1% das escolas brasileiras têm todos os professores formados na área que ensinam. Levantamento feito pelo movimento Todos pela Educação



ciclo médio de educação e a qualidade de ensino.

O fator positivo, no levantamento feito pela CNI, ficou apenas pelo volume de recursos destinados ao setor. Mas, a própria avaliação da entidade chama atenção para a dissimelhança entre o total de recursos aplicados e a qualidade da educação oferecida, o que coloca em xeque a política do governo para o segmento. “O contraste entre essas dimensões é observado desde o relatório de 2010 e põe em questão a eficiência e eficácia do gasto público no País”, pontua o estudo.

A propósito, medida tomada pelo governo no início deste ano acertou em cheio a educação. Precisamente uma semana após proferir no plenário da Câmara dos Deputados o discurso de posse em defesa da educação de qualidade para todos os segmentos da população, a “prioridade das prioridades” de seu novo mandato, a presidente reeleita Dilma Rousseff, por meio do decreto publicado no dia 8 de janeiro bloqueou R\$ 22,7 bilhões para os ministérios e secretarias especiais. O maior corte ocorreu justamente no Ministério da Educação (MEC): R\$ 7 bilhões anuais, o que corresponde a 31% do total contingenciado.

Em entrevista no início deste mês no Recife, o ministro da Educação, Cid Gomes, afirmou que o corte de R\$ 7 bilhões do orçamento da Pasta não prejudicará o setor. “Não há um centavo de corte na atividade fim”, disse Gomes, sinalizando concordância com a medida adotada pelo Governo Federal. Para ele, melhorar o Ensino Médio é o principal desafio do sistema educacional brasileiro. E não exatamente o volume de recursos destinados à Pasta.

O fato é que várias Instituições Federais de Ensino (IFE) foram afetadas pelo bloqueio de recursos do MEC. Em nota, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) afirma que a situação financeira das universidades federais será ainda mais difícil do que foi no ano anterior. “Este cenário nos obriga a reavaliar medidas a cada instante devido à falta de recursos. Dentre estas está a suspensão de contratos ou cortes parciais nos mesmos”. Já na Universidade Federal Fluminense (UFF), a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis suspendeu temporariamente o recebimento de solicitações para viagens nacionais. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a preocupação é com a não liberação, por parte do governo, para aquisição de equipamentos, aplicação nas obras e expansão na universidade.

#### Estratégia de marketing

Para professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e sindicalizados da Adua, o novo slogan do governo – “Brasil, Pátria Educadora” – não passa de estratégia de marketing. Os docentes temem o tratamento que será dispensado à categoria e afirmam que pretendem intensificar a luta para garantir direitos e mais recursos para o setor.

Em nota publicada no dia 9 de janeiro (confira em destaque acima), a diretoria da ADUA avaliou que o novo slogan contradiz

## NOTA DA DIRETORIA DA ADUA

O slogan “Brasil, Pátria Educadora”, do ponto de vista da direção da ADUA, contradiz o tratamento dispensado pelo governo à política educacional brasileira no primeiro e agora mais ainda no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Dos cortes orçamentários efetivados já no orçamento de 2015, o MEC foi o ministério que sofreu o maior corte, na ordem de 31% (equivalente a 7 bilhões de reais). Se compararmos este valor com o segundo maior corte, efetuado no Ministério da Defesa, na faixa de 8%, a educação sofreu no mínimo uma redução orçamentária cinco vezes maior que qualquer outro ministério.

Que prioridade das prioridades significa a educação na palavra da presidente da República quando reduz recursos da educação e man-

tem 47% da arrecadação do país (tributos, privatizações, emissões de novos títulos e outras rendas) para pagamento da dívida pública? Será que a velha prática de que “uma mentira repetida várias vezes acaba sendo aceita pelo povo como uma verdade” vai novamente prevalecer como marca desse governo?

Será que a salvação da educação pública brasileira está em esperar que o professor deva “trabalhar por amor, não por dinheiro” como sugerido pelo ex-governador do Ceará e atual ministro da educação Cid Gomes?

Não alheio a isso, o sindicato mobiliza suas bases para a luta na defesa da valorização da categoria docente e pela melhoria da educação pública no país.

Manaus, 09 de janeiro de 2015

### Os testes usados para criar o ranking

- **PISA:** prova da OCDE feita com alunos de 15 anos de idade em matemática, ciência e leitura
- **TIMSS:** prova mundial de matemática e ciência feita pela entidade independente IEA
- **PIRLS:** outra prova da IEA, desta vez sobre leitura, feita com alunos da 4ª série ou equivalente

mostra que de todas as mais de 14,7 mil escolas que participaram do Enem em 2013, apenas 16 delas têm graduados nas áreas em que lecionam. Nesse grupo, quatro são escolas estaduais.

Ainda de acordo com o levantamento, divulgado neste mês de janeiro, 95,3% dos docentes que lecionam disciplinas obrigatórias no Ensino Médio têm curso superior, sendo que a maioria (77,9%) tem licenciatura, mas menos da metade (48,3%) possui licenciatura específica para dar aula na área de conhecimento ministrada.

Também divulgado em meados de janeiro, o estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), chamado de “Competitividade Brasil 2014”, coloca o país em 9º em uma lista de 11 nações pesquisadas quanto ao quesito “Educação”. À frente do Brasil estão, nessa ordem, Canadá, Austrália, Coreia do Sul, Polônia, Espanha, Rússia, Chile e Turquia. O resultado brasileiro, segundo o ranking, só é melhor que México e Colômbia. Na avaliação da entidade, contribuiu para o desempenho nacional a baixa no número de estudantes matriculados no

a política educacional brasileira, implementada pelos últimos governos.

O 1º secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), professor da Faculdade de Educação da Ufam, Jacob Paiva, avalia que o discurso da presidente Dilma não traz grandes expectativas quanto ao futuro da educação no país.

“Somente se houvesse uma inflexão na política adotada por esse governo, que está aí há 12 anos, poderíamos acreditar nesse discurso da educação como tema central e eixo articulador das políticas de governo. Pela correlação de forças montadas para garantir a governabilidade à presidente Dilma, esse é mais um discurso de marketing que uma possibilidade efetiva”, disse.

Para o dirigente sindical, o Plano Nacional de Educação (PNE) recém-aprovado, a intensificação das parcerias público-privadas, a expansão do ensino à distância como forma de garantir o acesso à educação aos brasileiros, a não adoção do custo aluno-qualidade pela política educacional são “provas” de que a educação não tem sido prioridade nos últimos governos.

Docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Ricardo Bessa afirmou estar “cético” quanto ao desejo manifesto pelo governo em relação ao setor. “Se a presidente quisesse mesmo, se tivesse a real intenção de priorizar a educação, já o teria feito antes (no primeiro mandato)”, disse. “Essa proposta é uma jogada de marketing”, afirmou, contundente. “Como diz Paulo Freire, só a educação não transforma, mas sem ela não haverá transformação”, completa.

Já o professor aposentado da Faculdade de Medicina Menabarreto França afirmou não acreditar nas palavras de Dilma Rousseff. “Esse país é muito esculhambado mesmo”, continuou, estendendo as críticas aos novos ministros da Educação, Cid Gomes, e de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo.

#### Redes Sociais

Alguns docentes também usaram as redes sociais virtuais para suscitar o debate sobre o assunto. Docente do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Welton Oda afirmou considerar “positiva a sinalização do planalto” sobre a promessa de priorização da educação, mas chama atenção dos professores e da sociedade para as medidas que podem, na avaliação dele, ser adotadas nesse processo. “Penso que caberia, aos professores e à sociedade em geral, buscar sua inserção, seu envolvimento ativo na realidade escolar, questionar, discutir, colaborar com a escola, com os conselhos de educação, com a rotina dos estudantes”.

No entendimento do professor do ICHL, atualmente licenciado para doutoramento, Luiz Fernando Souza, a “Pátria Educadora” – expressão que compõem o novo slogan do governo – “será marcada por um forte viés tecnológico na formação da juventude brasileira”, já evidente na recente disputa presidencial. “Naqueles debates, a presidente ressaltou o

Pronatec como a redenção profissional, econômica e de status social, dos jovens do país. Nesses debates, as referências ao ensino superior foram quase inexistentes, só aparecendo para ressaltar números ligados ao Reuni”, escreveu.

O desafio é grande.

**R\$ 7 bi**

é o montante de recursos do Ministério da Educação cortado pelo governo e que já afeta as IFE.

**0,1%**

das escolas brasileiras têm todos os professores formados na área em que atuam, segundo movimento Todos pela Educação

## Nacional

# Cid Gomes no MEC: uma escolha coerente para aprofundar a contrarreforma da educação brasileira

Roberto Leher

Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff romperam com o projeto de educação do PT dos anos 1980 e 1990, elaborado no contexto das lutas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em especial na Constituinte e na LDB, nas quais sobressaiu a liderança de Florestan Fernandes, e no período de elaboração do Plano Nacional de Educação dos Congressos Nacionais de Educação (1996-1997): por isso, jamais admitiram considerar o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira elaborada pelos trabalhadores da educação, entidades acadêmicas, estudantes, reunidos no referido Fórum.

A opção destes governos, por suas alianças de classes, foi subordinar a educação pública aos anseios do capital, por meio de parcerias público-privadas, operacionalizadas pela expansão do FIES e pela criação de um programa de isenções fiscais para o setor mercantil (ProUni), possibilitando o crescente controle da educação privada pelo setor financeiro, pela incorporação da totalidade da agenda educacional dos setores dominantes (Todos pela Educação) nas diretrizes oficiais para educação básica (Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007; Plano Nacional de Educação, 2014) e pela admissão de que cabe

aos padrões conceber a educação profissional da classe trabalhadora (Pronatec).

O PT, após 2003, parece ter assimilado a nova agenda sem maiores questionamentos: os seus ministros a implementaram de modo diligente. Não haverá descontinuidade na política com o afastamento do PT do comando do MEC, mas haverá mudanças. O novo ministro aponta um aprofundamento da contrarreforma e, pelo retrospecto de seus mandatos como governador, um recrudescimento do confronto do governo com os trabalhadores da educação básica e superior.

## Cid Gomes e as universidades estaduais: uma relação de confronto

A trajetória do novo ministro é afim ao projeto em curso de expandir a oferta privada, com recursos estatais, e de refuncionalizar as universidades como organizações de serviços e ensino. A sua relação com as universidades estaduais do Ceará foi hostil e rude, manifestando disposição de federalizá-las e mesmo de fechar o prestigioso curso de medicina da UECE, provavelmente por ser muito custoso. Mesmo diante da enorme falta de docentes, mais de 800 nas três universidades estaduais, procrastinou a realização de novos concursos (optando por deletérios contratos temporários e terceirizações) até o final de seu segundo mandato.



Uma breve cronologia das lutas permite magnificar a intransigência e a ausência de prioridade à educação no governo de Cid Gomes: os sindicatos protocolaram a pauta em fevereiro de 2011, realizaram diversos atos, mas o governador somente recebeu as entidades e os reitores em novembro de 2012. A intransigência se manteve. No lugar de concursos, Cid autorizou apenas a contratação de professores substitutos que recebem menos da metade dos efetivos. Em outubro de 2013, objetivando acelerar a resolução dos problemas, os docentes deflagraram uma greve que se prolongou até janeiro de 2014. Os docentes suspenderam a greve a partir do compromisso de que o governo negociaria com a categoria. Novamente, as principais

reivindicações não foram negociadas e, em setembro de 2014, a greve foi retomada. A gestão Cid Gomes foi encerrada sem que o governador tivesse negociado com os docentes que, após 4 meses marcados pela ausência de diálogo, no início de janeiro de 2015 ainda se encontravam em greve para impedir o total sucateamento das estaduais.

Ao justificar a sua recusa em autorizar novos concursos, o governador argumentou que os docentes ministram poucas aulas, propondo que a carga-horária em sala de aula deveria corresponder a 52% da jornada de trabalho, aproximadamente 21 horas-aula, o que ele chamou de "chão de sala de aula", sem considerar nem mesmo o tempo para planejamento das aulas, o que invia-

biliza as orientações, a pesquisa e a extensão.

Embora tenha havido crescimento nominal dos recursos para as três estaduais, houve decréscimo em termos da participação do orçamento das universidades em relação ao orçamento total: em 2007, os gastos das estaduais correspondiam a apenas 1,54% do orçamento; em 2012, o percentual foi reduzido para míngua 1,46%. Desse modo, os gastos ficaram muito aquém da expansão de vagas e foram destinados, especialmente, aos contratos temporários (os gastos nesta rubrica cresceram, entre 2007 e 2012, 169,63%) e para as terceirizações do pessoal (2007-2012: +1.643%).

A consequência prática dessas medidas foi o favorecimento do setor empresarial, que seguiu expandindo vorazmente no estado. Com efeito, no Ceará, as matrículas entre 2000-2010 cresceram 114%, sendo que o setor privado teve expansão de 245% e o público de 45%.

No Ceará, o setor mercantil foi turbinado pelo FIES e o ProUni, que, entre 2010 e 2013, ampliou em 358% os beneficiários dos subsídios públicos para o setor mercantil.

**Roberto Leher é professor titular de Políticas Públicas em Educação da Faculdade de Educação da UFRJ e de seu programa de pós-graduação. Leia o artigo na íntegra no site <http://www.adua.org.br>.**

## Local

## O país do "toma lá da cá"

Rubens da Silva Castro

Iniciaremos este artigo fazendo as seguintes indagações. A corrupção, no Brasil, vem aumentando? Quais os prejuízos causados pelas práticas ilícitas nas administrações públicas? E por que ela se transformou, a partir do início dos anos 90, em um assunto mundial? A corrupção, no Brasil, não é uma questão recente. Não é novidade. Ela é histórica. Desde longo tempo que, neste país, os cofres públicos são assaltados por políticos, que se aproveitam do cargo que exercem para desviar recursos em benefícios próprios ou de amigos. A corrupção é um legado de nossa herança colonial.

Mas, afinal de contas, o que é corrupção? Consultando o Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa, o verbete "corrupção" é incrivelmente sucinto: corrupção (do Latim *corruptio*) ato ou efeito de corromper; decomposição, depravação, perversão, suborno. Como afirma Frei Betto, na tradição da América Latina os recursos públicos têm sido apropriados em função de interesses privados. Continuando, diz o referido pensa-

dor: a lógica do sistema capitalista favorece esse caldo de cultura ao considerar que os privilégios do capital devem estar acima dos interesses do trabalho. Essa corrupção inerente ao nosso sistema político latino-americano corrobora para desacreditar as instituições políticas e viciar sempre mais os processos eleitorais. Concluindo, salienta o autor, no Brasil as empresas não votam, mas ganham eleições. Como a mão da justiça só é pesada apenas para com os mais pobres, uma pessoa passando fome e que furta uma galinha vai imediatamente para a penitenciária e lá pode ficar por muito tempo. E por que os corruptos não vão para a prisão? Porque conseguem contratar bons juristas (e quem faz corrupção tem acesso aos melhores advogados do país e ex-ministros da Justiça, inclusive) e a sua defesa vai consistir em postergar, postergar, postergar.

É para um operador do direito assessorado por bons assistentes não é difícil de fazer; eles nunca vão entrar no mérito da questão (ou seja: cometeu o peculato ou não cometeu), mas vão questionar se cabia ou não ao Ministério Público ter entrado com a denúncia ou não;



vão levantar algum detalhe técnico da perícia realizada; vão discutir a constitucionalidade do processo, etc. A cada questionamento ganham-se preciosos meses e até anos. O detalhe é que se após um determinado número de anos não ocorre o julgamento em definitivo, a ação penal prescreve, perde a validade e os acusados saem sorridentes e com o dinheiro no bolso para continuar a farra.

É também importante esclarecer que a corrupção é mais antiga que o capitalismo, mas ela encontra neste modo de produção condições ideais para a sua continuidade. É exatamente por isso que, historicamente, a corrupção é maior em sociedades com maior injustiça social, onde o contraste entre ri-

cos e pobres é maior (no caso do Brasil). Neste contexto, por exemplo, bens e serviços passam a ser usados como mercadorias em troca de votos em períodos eleitorais e parlamentares votam a favor de determinadas leis se há possibilidade de, com isso, triplicar recursos no orçamento para as regiões onde se encontra o maior número de eleitores (por meio das famosas emendas parlamentares). Quem não sem lembra de Getúlio Vargas, o pai dos trabalhadores e a mãe dos empresários? Ele governou o país por quinze anos, objetivando minimizar os maiores conflitos políticos com o povo. O getulismo ficou marcado pela manipulação da classe trabalhadora, instituindo importantes programas sociais e extinguindo autonomia das organizações sociais e populares existentes no período.

O getulismo é a base do populismo e do assistencialismo no Brasil, propondo concessões sociais para conservar o poder ou, em outros termos, a política de "entregar os anéis para não perder os dedos, ou seja, poder seguir um governo conservador". Entendemos que a omissão da população encoraja a corrupção, que devolve ao povo o que lhe foi roubado, sob a égide do clientelismo e do assistencialismo. A grande corrupção vem desse

pensamento mesquinho que aceita conviver com todos os problemas decorrentes do saque dos cofres públicos. As pessoas precisam perceber que não podem viver nessa troca de favores. O político, (vereador, deputado), que fica mais próximo da comunidade, não tem que ter essa troca de favores com ninguém. Quando uma coisa está errada, é uma brecha para corrupção. Tudo que é mal feito, nas coisas, é feito para gerar corrupção.

Em síntese, podemos dizer que a corrupção gera prejuízos colossais. A lista de "casos", "esquemas", "escândalos" é extensa e significa um desvio de recursos de grandes proporções. Corrupção sempre gerou – e gera – um enorme prejuízo para o país. Lugar de corrupto é na cadeia. É por isso que falta dinheiro para os projetos sociais, devido à apropriação, por parte daqueles que exercem cargos públicos, dos recursos públicos para se locupletar e arrumar a vida da família e de seus amigos. Quem vota em corrupto é corrupto também. Para os políticos que desejam continuar no poder, muitos recorrem ao suborno, ao peculato e ao nepotismo.

**Rubens da Silva Castro é Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Ufam.**



# Atual política de educação contribui para adoecimento docente, aponta pesquisa desenvolvida na UFRJ

Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da graduação à pós-graduação, a hoje doutora em Serviço Social, professora Alzira Guarany desde o mestrado se dedica ao estudo da saúde do

trabalhador, seus impactos nas relações e na qualidade de vida destes atores. Autora da tese "Trabalho docente, carreira doente", defendida em dezembro de 2014 e que analisou os impactos na saúde dos docentes da UFRJ, a

professora aponta que o adoecimento docente não é um problema isolado da instituição, mas sim "fruto da atual política de educação de cariz neoliberal, presente hoje na maioria esmagadora das universidades públicas no Brasil.

**Professora: Alzira Guarany**  
**Formação:**  
 Doutora em Serviço Social e professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Foto: Arquivo Pessoal

## O que a motivou a pesquisar sobre o adoecimento docente?

Desde meu mestrado venho estudando saúde mental do trabalhador, sofrimento psíquico e adoecimento pelo trabalho. São todos temas fundamentais, com consequências graves e objetivas sobre a qualidade de vida do trabalhador, mas ainda pouco estudados. Estudar o adoecimento docente, na realidade foi uma resultante de diversos fatores. Além deste já citado anteriormente, juntaram-se também o fato de querer retribuir o que a UFRJ havia me proporcionado, pois fui aluna de lá desde a graduação, e uma conversa com o prof. Dr. Mauro Iasi, à época presidente da ADUFRJ.

Às vésperas da última grande greve dos docentes, em 2012, ainda sem definir meu objeto de estudo para o doutoramento, perguntei-lhe qual tema seria útil ser estudado e que poderia auxiliar a fortalecer o movimento organizado dos docentes da Universidade.

A resposta dele, para mim, não poderia ser melhor: faltava conhecer mais sobre a saúde do professor, incluindo aí sua saúde mental.

Pronto! Foi definida ali qual seria minha pesquisa.

Chegar ao adoecimento do docente foi uma consequência de se olhar mais detida, interessada e profundamente o estado de saúde dos professores.

## Quais foram as situações mais alarmantes encontradas durante o estudo?

Na verdade quase todos os relatos são alarmantes, pois envolvem um profundo sofrimento por parte do docente.

Para citar alguns posso dar o de uma professora que desenvolveu quatro cânceres e não percebeu, pois trabalhava tanto que não teve tempo de olhar para si, de cuidar de si própria. Quando se deu conta da situação teve que fazer mastectomia radical. Tivemos ainda outra professora com afecções cutâneas em função do estresse que a atividade docente lhe provoca, tinha psoríase; outro que teve crise de ansiedade e depressão....apenas para citar alguns.

## Na sua opinião o adoecimento docente é um problema isolado da UFRJ ou atinge todas as universidades públicas?

Ao falarmos da situação de saúde dos docentes da UFRJ, tivemos



O docente é parte fundamental da educação. Seu sofrimento e seu adoecimento causam impacto direto na qualidade da relação com alunos e técnicos, assim como também gera custos para a gestão.



que, necessariamente, situarmos esse objeto em um macrocontexto econômico, social e político, já que partimos do pressuposto teórico que os fatos são historicamente determinados.

Essa premissa nos apontou ser bem provável que essa situação não seja um problema isolado da UFRJ, mas sim fruto da atual política de educação de cariz neoliberal, presente hoje na maioria esmagadora das universidades públicas no Brasil, guardadas as devidas particularidades históricas e conjunturais de cada IFEs.

## Qual o impacto do adoecimento docente na educação brasileira?

Imenso, pois o docente é parte fundamental da educação. Além do que ele interage com outros atores sociais da comunidade acadêmica, como alunos e técnico administrativos. Seu sofrimento e seu adoecimento causam impacto direto na qualidade destas relações, assim como também gera custos para gestão: turmas sem professor,

sobrecarga de professor para dar conta de colega afastado; gasto do plano de saúde; pagamento de benefícios, dentre outros.

## O que pode ser feito, na sua opinião, para amenizar este problema?

Em um primeiro momento minha intenção é ampliar o levantamento de casos de adoecimento em função do trabalho, pois a pesquisa para o doutorado parece apontar apenas a ponta do iceberg. É preciso ouvir mais professores que queiram falar sobre suas histórias de vida relacionadas ao trabalho (metodologia utilizada na pesquisa de doutorado) para produzir argumentos que poderão:

- ser utilizados na defesa de uma pesquisa epidemiológica;
- junto à gestão e a atores externos ao universo acadêmico que é urgente que se faça uma gestão do cotidiano diferente do que se vem fazendo, pois universidade não é fábrica de diplomas, é espaço para construção do saber, pesquisa, uso da criatividade. Que não combina integralmente com massificação de regras, normas, indicadores, entre outros.

## Durante a pesquisa a senhora enfrentou dificuldades para obter os dados?

De forma alguma. Ao saberem o tema e a intenção, todos se dispuseram a falar, sem restrição de tempo de realização da entrevista, a despeito de estarem assoberbados de demandas.

## A pesquisa gerou algum tipo de desdobramento na UFRJ?

Até o momento fui procurada pela ADUFRJ para uma entrevista, mas estou totalmente disponível para auxiliar em ações tanto da Associação, quanto a gestão da UFRJ. A ADUFRJ acredito que precise forjar argumentos para negociar, pois o cenário econômico e político de 2015 me parece pouco sensível à coisa pública em geral e à educação pública superior em particular; já o segundo, como já disse anteriormente, a partir de uma pesquisa mais ampliada, pode-se ter ideia do que o estilo de gestão adotado vem custando ao seu orçamento, por exemplo, na medida em que vem afastando seu quadro docente da universidade, ou impedindo que eles possam desenvolver com mais qualidade suas potencialidades.

## Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/10/2014 a 31/10/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	%MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>67.619,74</b>	<b>68.502,50</b>	<b>100,00%</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>67.619,74</b>	<b>68.502,50</b>	<b>100,00%</b>
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.525,10	66.597,50	97,22%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.086,64	1.851,80	2,70%
1.1.3	Receitas com Reprografia	8,00	53,20	0,08%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>48.166,09</b>	<b>52.546,92</b>	<b>100,00%</b>
<b>2.1</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>12.519,23</b>	<b>12.399,17</b>	<b>23,60%</b>
2.1.1	Salários	10.307,23	10.002,87	19,04%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.396,30	4,56%
<b>2.2</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS</b>	<b>8.077,78</b>	<b>12.341,82</b>	<b>23,49%</b>
2.2.1	Contribuição INSS	5.496,45	8.335,84	15,86%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.291,77	1.906,26	3,63%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	161,47	238,28	0,45%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	1.128,09	1.861,44	3,54%
<b>2.3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA</b>	<b>3.986,00</b>	<b>5.293,50</b>	<b>10,07%</b>
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.086,00	1.436,00	2,73%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,85%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	-	210,00	0,40%
2.3.5	Serviços Administrativos	-	1.147,50	2,18%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	600,00	1.000,00	1,90%
<b>2.4</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA</b>	<b>1.651,83</b>	<b>3.433,41</b>	<b>6,53%</b>
2.4.1	Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	-	1.110,00	2,11%
2.4.2	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	-	460,00	0,88%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	203,83	415,41	0,79%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	2,76%
<b>2.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL</b>	<b>17.613,11</b>	<b>15.565,73</b>	<b>29,62%</b>
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	15.270,19	13.220,24	25,16%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,00	230,25	0,44%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	528,23	528,81	1,01%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.584,69	1.586,43	3,02%
<b>2.6</b>	<b>PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS</b>	<b>2.466,92</b>	<b>837,60</b>	<b>1,59%</b>
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	1.701,32	-	0,00%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	525,60	237,60	0,45%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	240,00	600,00	1,14%
<b>2.8</b>	<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>1.738,07</b>	<b>2.368,09</b>	<b>4,51%</b>
2.8.1	Telefone	331,39	530,79	1,01%
2.8.2	Taxi, Fretes e Onibus	12,50	6,00	0,01%
2.8.3	Combustível	150,00	250,00	0,48%
2.8.4	Correios/Malotes	-	520,00	0,99%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	878,53	-	0,00%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	152,15	159,77	0,30%
2.8.7	Despesas com Eventos	-	708,13	1,35%
2.8.8	Assinaturas de Revistas/Jornais	89,10	69,00	0,13%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	124,40	124,40	0,24%
<b>2.10</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>113,15</b>	<b>307,60</b>	<b>0,59%</b>
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	113,15	307,60	0,59%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>192.272,61</b>	<b>211.726,26</b>	
RECEITAS		67.619,74	68.502,50	
DESPESAS		(48.166,09)	(52.546,92)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>211.726,26</b>	<b>227.681,84</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		26.133,19	31.109,78	
Aplicação Banco do Brasil		230.654,58	232.506,38	
CAIXA		2,69	1,02	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>256.790,46</b>	<b>263.617,18</b>	

## Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/11/2014 a 28/11/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	%MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>68.502,50</b>	<b>68.275,26</b>	<b>100,00%</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>68.502,50</b>	<b>68.275,26</b>	<b>100,00%</b>
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.597,50	66.669,90	97,65%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.851,80	1.557,96	2,28%
1.1.3	Receitas com Reprografia	53,20	47,40	0,07%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>52.546,92</b>	<b>44.927,93</b>	<b>100,00%</b>
<b>2.1</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>12.399,17</b>	<b>15.165,34</b>	<b>33,75%</b>
2.1.1	Salários	10.002,87	3.835,30	8,54%
2.1.2	13o Salários	-	10.187,17	22,67%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.396,30	1.142,87	2,54%
<b>2.2</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS</b>	<b>12.341,82</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
2.2.1	Contribuição INSS	8.335,84	-	0,00%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.906,26	-	0,00%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	238,28	-	0,00%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	1.861,44	-	0,00%
<b>2.3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA</b>	<b>5.293,50</b>	<b>3.536,00</b>	<b>7,87%</b>
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.436,00	1.186,00	2,64%
2.3.2	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,34%
2.3.3	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	210,00	-	0,00%
2.3.4	Serviços Administrativos	1.147,50	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.000,00	850,00	1,89%
<b>2.4</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA</b>	<b>3.433,41</b>	<b>4.748,00</b>	<b>10,57%</b>
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	7,35%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	1.110,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	460,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	415,41	-	0,00%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	3,22%
<b>2.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL</b>	<b>15.565,73</b>	<b>15.582,77</b>	<b>34,68%</b>
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.220,24	13.234,72	29,46%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,25	230,50	0,51%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	528,81	529,39	1,18%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.586,43	1.588,16	3,53%
<b>2.6</b>	<b>PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS</b>	<b>837,60</b>	<b>4.015,00</b>	<b>8,94%</b>
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	2.917,00	6,49%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	237,60	1.098,00	2,44%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	600,00	-	0,00%
<b>2.8</b>	<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>2.368,09</b>	<b>836,14</b>	<b>1,86%</b>
2.8.1	Telefone	530,79	330,69	0,74%
2.8.2	Taxi, Fretes e Onibus	6,00	-	0,00%
2.8.3	Combustível	250,00	200,00	0,45%
2.8.4	Correios/Malotes	520,00	-	0,00%
2.8.5	Materiais Elétricos/Hidraulicos	-	65,70	0,15%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	159,77	114,53	0,25%
2.8.7	Despesas com Eventos	708,13	-	0,00%
2.8.8	Assinaturas de Revistas/Jornais	69,00	-	0,00%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	124,40	125,22	0,28%
<b>2.10</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>307,60</b>	<b>1.044,68</b>	<b>2,33%</b>
2.10.1	IRRF S/Aplicações	-	1.023,68	2,28%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	307,60	21,00	0,05%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>227.681,84</b>	<b>243.637,42</b>	
RECEITAS		68.502,50	68.275,26	
DESPESAS		(52.546,92)	(44.927,93)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>243.637,42</b>	<b>266.984,75</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		31.109,78	53.923,15	
Aplicação Banco do Brasil		232.506,38	233.040,66	
CAIXA		1,02	0,70	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>263.617,18</b>	<b>286.964,51</b>	

## ■ Artes plásticas

# Exposição que retrata a realidade da Floresta Amazônica em cartaz até março

Foto: Divulgação

**A**s peculiaridades amazônicas que só podem ser percebidas por quem conhece a realidade local estão expostas até março deste ano, na mostra “Do Mato Nascem Coisas”, da artista plástica Priscila Pinto, no Centro Cultural Palácio da Justiça, no Centro. Priscila passou aproximadamente um ano para reunir mais de 26 peças dentre fotografias, instalações com produtos orgânicos e esculturas. “Percorri muitos caminhos floresta adentro até conseguir consolidar todo esse material. Através da exposição, os visitantes poderão conhecer mais a fundo a realidade amazônica, através de um material inédito e realmente inovador”, afirma.

A mostra é dividida em três séries: “Luminosos”, que mostra a natureza através de iluminações projetadas em esculturas produzidas pela artista; “Mato-Cor”, fotos

e ilustrações projetadas em PVC; e “Criaturas”, que são esculturas produzidas com madeiras, sementes e cipós.

Priscila é formada em artes plásticas e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Já expos suas obras no Teatro Usina Chaminé, no Museu Amazônico, Centro Cultural Palácio Rio Negro e outros espaços dedicados à arte no Amazonas.

A exposição tem entrada gratuita e fica em cartaz até março. O horário de funcionamento é de terça a sexta-feira, das 13h às 17h e aos domingos das 17h às 21h. A mostra não será aberta ao público aos sábados e feriados. O Centro Cultural Palácio da Justiça fica na Avenida Eduardo Ribeiro, no Centro.

A exposição é promovida pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC).



Priscila passou aproximadamente um ano para reunir mais de 26 peças dentre fotografias, instalações com produtos orgânicos e esculturas.

## Vale a pena ver

**Título Original:** Selma - Uma luta pela igualdade  
**Gênero:** Drama  
**País de Origem:** Estados Unidos  
**Ano:** 2015

Vem mais outro filme-bomba por aí, re-mexendo na história do racismo e dos direitos humanos nos EUA e nas feridas que teimam em não cicatrizar, decorrentes da escravatura, da discriminação, violência e menosprezo aos negros que, mesmo com um presidente de pele escura e descendência africana no seu segundo mandato, volta e meia se apresentam como chagas vergonhosas de uma sociedade conservadora e fechada em si mesma.

Depois de 12 anos de escravidão, de dois anos atrás, um dos raros filmes produzidos pelo cinema americano sobre o tema da escravidão, este de agora se chama Selma e fala sobre direitos civis. Está com estreia marcada para 25 deste mês no Brasil. Sua diretora, Ava DuVernay, foi indicada para o Globo de Ouro de 2015 – coisa raríssima, em se tratando de diretores negros. Os outros dois agraciados com o prêmio foram Spike Lee (Faça a coisa certa) e Steve McQueen (12 years a slave).

Lançado há pouco em Manhattan, na véspera de Natal, Selma surpreendeu lotando a sala do cinema em que estreou e “não poderia vir em melhor hora”, como relata a jornalista brasileira Heloisa Villela, de Nova Iorque. Ela se refere aos desmandos policiais e às passeatas de protesto que, nos últimos meses, lotam as ruas de várias cidades do país, inclusive na liberal e cosmopolita Nova Iorque, e resultaram nas mortes de jovens negros.

“Selma estreou no dia 24 e, apesar de ser noite de Natal, quando as ruas de muitas cidades ficam vazias já que quase todo mundo se reúne com os parentes, aqui em Nova York as ruas, e a sala de cinema, estavam lotadas.”

Em março deste ano, a chamada caminhada de Selma completa 50 anos. “Historicamente, é pouco tempo”, Heloisa lembra. “E dá o que pensar. Hoje, os índices de partici-

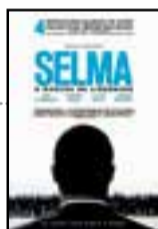
pação dos afro-americanos nas eleições em todos os níveis são baixíssimos. Pouca gente exerce esse direito garantido na marra. Em média, menos de um terço dos eleitores negros que podem votar se dão ao trabalho de depositar o voto na urna.”

“O filme de DuVernay reconta a história das três passeatas decisivas, entre as cidades de Selma e Montgomery, no Alabama, que selaram a adoção da lei para garantir os direitos dos eleitores afro-americanos dos Estados Unidos. O voto negro tinha sido promulgado em 1875. Quase cem anos depois, ainda era difícil exercer esse direito. Na época, os estados do sul adotavam uma série de manobras para rejeitar o registro dos eleitores negros. Uma delas era exigir que o eleitor soubesse ler e escrever e conhecesse a fundo a constituição do país.”

“A mobilização que ocorreu, em março de 1965, em Selma, no Alabama era parte integrante do movimento de direitos civis liderado pelo reverendo Martin Luther King, encontrou em Selma o município ideal para chamar a atenção do país. Distanto 75 quilômetros de Montgomery, capital do Alabama, Selma era um exemplo típico de segregação e desrespeito aos direitos dos afro-americanos. No caminho entre as duas cidades, o condado de Lowndes era recordista: lá, nenhum eleitor negro conseguira se registrar para votar em 60 anos.”

Esperamos que Selma, no Brasil, tenha um lançamento forte e digno da sua importância. Produzido por Oprah Winfrey, com elenco impecável – Tom Wilkinson e Tim Roth estão nele –, relata, afinal das contas, momentos da rica vida e luta de Luther King interpretado com garra e “com todo o seu coração”, como diz DuVernay, por David Oyelowo. É uma atuação inesquecível, diz a crítica lá de fora.

**Léa Maria Aarão Reis é jornalista e escritora. Leia o texto na íntegra no site da Carta Maior (<http://cartamaior.com.br/>).**



## Vale a pena ler

**Livro:** País sem chapéu  
**Autor:** Dany Laferrière  
**Tradução:** Heloisa Moreira  
**Nº de páginas:** 240  
**Valor:** R\$ 44,00

Em País sem chapéu, Dany Laferrière traz perspectiva de dentro para fora sobre o Haiti.

Seja com a ocupação do exército brasileiro, o terremoto ou a fome, o Haiti não sai de pauta. Correspondentes vão até lá, enviam-nos imagens heróicas que são exibidas no domingo à noite, ou escrevem reportagens de um par de toques sobre as calamidades do lugar, listando tudo aquilo que falta, como se o país fosse a dispensa vazia de uma casa. E é justamente a partir de sua casa, e das figuras da mãe e da tia, que Dany Laferrière traz uma perspectiva pessoal do Haiti, uma alternativa ao olhar viciado que temos sobre o país. Lançado este ano no Brasil pela editora 34, País sem chapéu é um livro de dentro para fora, escrito com a naturalidade de um nativo que volta à sua pátria após vinte anos de um autoexílio no Canadá e nos Estados Unidos.

Nascido em Porto Príncipe, em 13 de abril de 1953, Dany Laferrière era um jornalista de vinte e três anos quando deixou o Haiti, em 1976, para fugir da ditadura do presidente Baby Doc. Durante seus vinte e seis anos de carreira como escritor, já publicou mais de uma dezena de romances, muitos calçados em sua biografia, assim como País sem chapéu.

Dany inicia o livro dizendo que está no quintal de sua casa, escrevendo à máquina, enquanto cai uma manga de seu pé. Eis aí a primeira descoberta. No Haiti há mangas e mangueiras. Depois, à medida que Dany sai para dar suas voltas em Porto Príncipe, vão surgindo comerciantes, trambiqueiros, amigos de longa data, que desviam o caminhar de carros decrépitos, que se fundem aos transeuntes em um único trânsito. E ao cair da primeira noite de sua volta, Dany é coberto por um luar de causar inveja. Sim, no Haiti também há lua, e há um escritor

em baixo dela.

E é durante as noites, com ou sem luar, que zumbis vão às ruas para misturar-se aos vivos, conforme acreditam os seguidores do vodou haitiano, religião local e de raízes africanas. Intrigado com a crença, da qual estava duas décadas distante, Laferrière vai atrás de professores e especialistas religiosos, para saber mais daquilo que intitula de “País inventado”. Em um momento, aceita a proposta de um feiteiro conhecido de sua tia, e faz uma viagem para a metade inventada de seu país, habitada por deuses do vodou. Ali passa um tempo, suficiente para decepcionar-se, e retorna ao Haiti dos vivos e devotos.

Dany observa tudo com certa frieza. Se o olho é haitiano, seu olhar parece norte-americano. O calor dos abraços, dos beijos e das palavras fica por conta da mãe, a tia e os amigos. Suas maiores palpitações ocorrem quando revê uma antiga paixão adolescente, e ao relatar a tentativa frustrada de encontrar o pai nos Estados Unidos, onde exilou-se quando Dany ainda era Windsor Klébert, seu nome de registro.

País sem chapéu prende pelo fato de que Laferrière mostra o Haiti pelos haitianos. Com essa luz indireta sobre o país jogada pelo autor, conseguimos ver o que nele falta, com aquilo que ele tem. Mesmo com uma defasagem de quinze anos de sua publicação original, o livro se mantém, apesar de não se dispor a tal, como a melhor crônica publicada no Brasil sobre o Haiti. Isso por que, ao imergir em si e visitar seu passado, o autor redescobre e nos descobre um país, real e inventado, que nenhum jornalista ou ficcionista conseguiu nos relatar

**André Augusto Gazola é formado em Letras, professor de Literatura e História da Arte, pós-graduando em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e fundador do blog Lendo.org. Leia o texto na íntegra no site (<http://www.lendo.org/resenha-pais-sem-chapeu>).**



## Dicas da web

### Aplicativo promove 'carona' rumo à Ufam

Encontrar soluções para enfrentar um trânsito cada vez mais intenso em Manaus e com um sistema de transporte público precário não é fácil. Para minimizar essas dificuldades e ainda preservar o meio ambiente, o egresso de Ciências da Computação da Ufam Andrew Cavalcante pretende lançar até abril um aplicativo que estimula a "carona"



para quem tem como destino a Ufam. O Vamo Junto é um aplicativo que conecta servidores e estudantes da Universidade para dividir um veículo, de maneira rápida e fácil, gerando economia e colaborando para um trânsito menos caótico.

### Livros grátis em inglês

Apaixonados por leitura e pela língua inglesa têm agora um novo endereço para, unindo o útil ao agradável, aproveitar suas paixões: o HotFreeBooks ([www.hotfreebooks.com/](http://www.hotfreebooks.com/)). Na página é possível encontrar mais de 20 mil títulos, entre todos os tipos de livros e sem necessidade de baixar nada. No site, a busca pode ocorrer por título, por autor, ou também a partir da indicação dos mais lidos. Além disso, no portal é possível encontrar ainda novelas e guias de todo tipo, desde manuais de psicologia até clássicos como por exemplo Huckleberry Finn, de Mark Twain.



## Comentários

**Rubens Oliveira** - A escolha do ministro foi política (troca de favores), as ações governamentais são políticas, a população nem sabe direito o que é política e a política é desculpa pra desmandos. (sobre a Nota da Diretoria da Adua a respeito do novo slogan do governo "Brasil, Pátria Educadora")



**Watuzy Santoli** - Eu que o diga, já fui assaltada e fiquei toda machucada por tentar erroneamente fugir... (sobre reportagem da Adua mostrando aumento nos casos de furto na Ufam à luz do dia)



**Soraya Almeida** - Maravilhaaaaa! (sobre caso de professor que conseguiu na Justiça do Trabalho o direito de ser indenizado por todos os anos em que não usufruiu das férias como previsto)



**Antonio P. Oliveira** - Parabéns!! Uma delegação muito representativa!! Desejo um excelente Congresso!! (sobre AG que definiu delegação da Adua que vai ao Congresso do Andes-SN)



**Magela Ranciaro** - Passei a minha vida sentada aí, prestigiando esses momentos, batendo bandeira, pedindo TEMPO ou me inscrevendo para opinar sobre os encaminhamentos... Muitas coisas conquistamos com esses aguerridos gestos! (sobre AG que definiu delegação da Adua que vai ao Congresso do Andes-SN)



## boas lições



### MPF e MP/AM lançam projeto pela melhoria da educação básica no AM

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Amazonas (MP/AM), executarão, em parceria, o Projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) nos municípios de Rio Preto da Eva (a 60 quilômetros de Manaus) e Guajará (distante 1.494 quilômetros da capital). A iniciativa, já realizada em outros estados do país, tem o objetivo de identificar os motivos do baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); acompanhar a execução das políticas públicas na área da educação, bem como a adequada destinação dos recursos públicos.

O projeto prevê ainda a verificação da existência e efetividade dos conselhos sociais com atuação na área de educação; assim como a disponibilização de informações essenciais aos cidadãos sobre seu direito a uma educação de qualidade,

bem como sobre seu dever em contribuir para que esse serviço seja adequadamente ofertado.

Dividido em três etapas: diagnóstico das condições do serviço de educação ofertado pelas redes públicas de ensino básico; apresentação de medidas corretivas aos gestores públicos; e prestação de contas à sociedade das providências adotadas e dos resultados obtidos; o trabalho, em sua primeira fase, colherá informações relativas a alimentação, transporte, aspectos pedagógicos, inclusão, estrutura física e diretrizes pedagógicas nas escolas assim como sobre os próprios conselhos sociais (se cumprem a legislação, se possuem estrutura adequada, se fiscalizam as escolas periodicamente, etc.).

Os conselhos abrangidos no projeto são o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho de Acompanhamento

e Controle Social, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CACS-Fundeb).

No dia 17 de dezembro de 2014, representantes do MPF no Amazonas e MP/AM lançaram o MPEduc no Estado do Amazonas, com a assinatura do protocolo de intenções do projeto.

"A educação básica é um tema prioritário para o Ministério Público. Precisamos trabalhar para que o Amazonas tenha um ensino público de qualidade", afirmou o procurador regional dos Direitos do Cidadão substituto, Rafael Rocha.

As informações obtidas serão analisadas e convertidas em um diagnóstico da rede escolar. Com base nesse diagnóstico, o Ministério Público adotará as providências que entender necessárias para resolver os problemas de maior impacto.